

3.ª Secção

Portaria n.º 7:261

Havendo a Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos elaborado os programas do curso superior de bibliotecário arquivista, em harmonia com o disposto no n.º 3.º do artigo 25.º e no artigo 164.º do decreto com força de lei n.º 19:952, de 27 de Junho de 1931: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que sejam aprovados os aludidos programas do curso superior de bibliotecário-arquivista, que abaixo seguem assinados pelo director geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

Paços do Governo da República, 14 de Novembro de 1931.—O Ministro da Instrução Pública, *Gustavo Cordeiro Ramos*.

I

Programa da cadeira de bibliologia e bibliografia

Introdução

- 1.º Bibliotecnia.—Sua definição e amplitude.
- 2.º Bibliologia.—Sua definição e objectivos.
- 3.º Bibliografia.—Seus objectivos e fins.

PARTE I

Bibliologia

TÍTULO I

O estudo do livro até à descoberta da imprensa

CAPÍTULO I

Noções gerais sobre a escrita e o material empregado

- 1.º Noções gerais sobre a escrita.
- 2.º Material empregado na escrita:
 - a) Instrumentos e utensílios usados na escrita através das diversas idades; «stylus», «scalpulum», «cálamo», «mas'arat», búcio e outros. Calígrafos célebres. Tratados de caligrafia na Antigüidade;
 - b) Tintas e a sua composição, o «atramentum» dos romanos, tinta dos judeus, tinta hibar dos orientais. Suas cores e o simbolismo destas;
 - c) Papiro. Sua história, fabrico, comércio e uso. Os diversos tipos de papiro, como o liviano, hierático, faniano, etc.;
 - d) Pergaminho. Sua origem, fabrico, comércio e decadência;
 - e) Palimpsestos. A «Charta deletilis», de Ulpiano. Palimpsestos célebres e seus falsificadores;
 - f) Papel. Sua origem, fabricação e comércio.

CAPÍTULO II

A origem do livro manuscrito. O livro manuscrito na Antigüidade, Idade Média e Renascença

1.º Origem do livro:

- a) «Liber», «Biblos», «Pagellæ». «Tabellæ» dicticas ou polípticas, «pugillares», «adversariæ», «códices», «codicelli», «libelli». Opistógrafos e anopistógrafos;
- b) Encadernação dos manuscritos. Como se dispunha o papel para a encadernação. «Scapus». Processo de encadernação. Os «labrioli». «Cilindrus» ou «umbilicus» com as «cornua». O «volumen». «Rolos»;

- c) Sua disposição nas bibliotecas antigas e da Idade Média. Biblioteca. O comércio dos manuscritos em Roma. Bibliopolæ e as suas «tabernæ librariæ». «Actæ diurnæ» dos romanos, «Hebdomadæ» e outros meios de publicidade.

2.º Reprodução dos manuscritos na Antigüidade e na Idade Média:

- a) Escravos copistas, «librarii», «amanuenses», «servi ab epistolis». Monges «scriptores». «Armarius», «scriptorium». «Rubricatores», «miniatores». Divisão dos capítulos e parágrafos (eticometria), espacejação, pontuação. Revisão dos textos e cópias. Sinais para inteligência dos textos e sinais de correcção;
- b) Título, nome de autor e data dos manuscritos. O «sillabous» dos gregos e os «índices» dos latinos; as cores em que eram escritos. As «membranulæ». Final ou fecho, «explicit» ou «colophon». Finais célebres. Assinaturas, reclamos, paginação. «Ex libris» e sinais de propriedade.

3.º Os manuscritos na Idade Média e na Renascença:

- a) Padres da igreja. *Cassiodoro* e *Boécio*. Regras monásticas. Renascença das artes gráficas com *Carlos Magno*, *Alcuino*. Origem dos copistas seculares e medievais;
- b) Centros de produção caligráfica na Europa. Influência oriental. Códices desaparecidos. Manuscritos gregos;
- c) Arte gráfica na Península Hispânica. *Santo Isidoro de Sevilha* e sua época. Invasão musulmana. Época da reconquista.
- d) Idade Média portuguesa. Os manuscritos neste período. Influência francesa. Centros de produção. Alcobaca, Santa Cruz e outros. Livrarias dos reis portugueses. A protecção dos reis e infantes na reprodução de manuscritos.

CAPÍTULO III

Transição dos manuscritos para a imprensa

1.º Vários processos de impressão na Idade Antiga:

- a) Processos de impressão na Antigüidade;
- b) Impressões em moedas, anéis, barro, etc. Marcas de animais e de escravos, de objectos industriais;
- c) Exemplos de letras soltas gravadas. Impressões antiqüíssimas da China.

2.º Processos de impressão na Idade Média:

- a) A xilografia na Europa;
- b) Cartas de jogar. Breves pontifícios e imagens religiosas;
- c) Livros xilográficos.

TÍTULO II

O estudo do livro desde a descoberta da imprensa

CAPÍTULO I

A descoberta da imprensa

1.º Origem da imprensa:

- a) Caracteres móveis. *Gutenberg*, *Lourenço Coster*, *João de Brito de Bruges*. Controvérsias;
- b) Tipos móveis. Prensa. Punções e matrizes.

2.º Primeiras obras impressas:

- a) Donatos. Cartas de indulgência;
- b) Bíblia de 42 linhas. Bíblia de 36 linhas. «Psalterium», de *Schæffer* e *Fust*. «Catholicon», de *Gutenberg*. «Rationale et Constitutiones Clementinæ».

3.º Grandes progressos da imprensa:

- a) Arte caligráfica aliada à tipografia. Tentativas de impressão a duas côres. As abreviaturas nos primeiros exemplares tipográficos;
- b) Imitação dos manuscritos. Impressos vendidos como manuscritos;
- c) Dispersão dos tipógrafos de Mogúncia;
- d) Incunábulo. Seu significado e características. Processos de identificação e estudos especiais sobre esta matéria. O «Typenreportorium der Wiegendrucke», de *Konrad Haebler*.

CAPÍTULO II

O livro no século XV

1.º Elementos materiais do livro:

- a) Pergaminho e papel. Principais centros de produção mundial do papel. Moinhos de fabricação de papel na França, Espanha, Itália e Alemanha. Tentativas desta indústria em Portugal. Marcas de água, vergaduras e pontuais desta época. Os trabalhos de *Briquet* e *Ris Paquot*. Formato em referência às marcas de água;
- b) Tipo e sua composição. Óleo empregado. Espécies de letras tipográficas. Caracteres. Gótico e semi-gótico. Letra de fôrma dos primitivos xilógrafos e dos primeiros impressores;
- c) Tinta de impressão de *Gutenberg*. Verniz, negro de fumo e óleos empregados;
- d) Pontuação, encadernação, ornamentação do livro, letras historiadas e o estudo da gravura como identificação do impresso;
- e) Portugal. Estudo do tipo, tintas, pontuação e ornamentação do livro em especial.

2.º A imprensa no século XV na Europa, excluindo Portugal:

- a) Alemanha. Bamberg, *Pfister*, contemporâneo de *Gutenberg*, e *Schæffer*;
- b) Estrasburgo e Colônia. Primeiros impressores depois de *Gutenberg*;
- c) Holanda e Países Baixos, Suíça, Inglaterra e Hungria;
- d) Espanha e Itália. Primeiros impressores em Roma. Veneza, *João de Spirá* e *Nicolau Jenson*. França. Luiz XI, a Sorbonne e os primeiros impressores de Paris;
- e) Primeiros livros com gravuras, datas e frontispício;
- f) Encadernadores célebres.

3.º Imprensa em Portugal:

- a) Data da sua introdução. As obras de D. Pedro. Primeira impressão portuguesa conhecida: Faro, 1487. Tipografia hebraica, latina e portuguesa;
- b) Impressores mais notáveis: *Gacon*, *Elieser*, *Abraão de Hortas*, *Gherling*, *Valentim Fernandes*, *Nicolau de Saxónia* e *Rodrigo Alvares*;

- c) Obras mais notáveis impressas neste século: «Pentateuco», «Provérbios de Salomão», «Profetas priores», «Breviarium Bracaraense», «Vita Christi». «Estoria de muy nobre Vespesiano, emperador de roma», «Almanach Perpetuum», «Constituições do Porto», etc.;
- d) Centros de encadernação conhecidos.

CAPÍTULO III

O livro nos séculos XVI e XVII

1.º Elementos materiais do livro:

- a) Papel. Moinhos de fabricação de papel nos diversos países. Principais centros de produção;
- b) Tipo e sua composição. Caracteres empregados. O romano de *Garamond*. Capitais de *Tory*. Tipos microscópicos. *Elzevier*;
- c) História abreviada do maquinismo empregado na composição e impressão. Nomenclatura antiga e desta época. Revisão e sinais convencionais. Paginação. Assinatura e reclusos. Capa. Frontispício, ante-rosto, rosto e outras peças preliminares e suplementares;
- d) Tinta, encadernação, pontuação e ornamentação do livro. Importância destes elementos para a identificação de uma obra;
- e) O estudo do papel, tipo, tinta e encadernação, em especial para Portugal.

2.º A impressão nos séculos XVI e XVII na Europa e seus domínios, excluindo Portugal:

- a) Desenvolvimento rápido da tipografia nos diversos países;
- b) Impressores e livreiros célebres: *Alberto Durer*, *Ghering*; os *Estienne* em França, *Geoffroy de Tory*, *Simon de Colines*, *Verard*, *Jean Petit*, *Badius Ascensius*, *Pigouchet*, *Griphe*, *Vostre*. «Livros de Horas»;
- c) *Aldos* na Itália e seus sucessores. *Juntas*, *Giolito*;
- d) *Cristovão Plantin*. *Elzevier* e suas edições, divisas e respectiva bibliografia. *Brocar*, *Ayala*, *Burgos*, *Portonaris* e outros, na Espanha. Tipógrafos ingleses. A tipografia no Extremo Oriente e na América;
- e) Revisores célebres e restituição dos textos antigos. Os grandes auxiliares do movimento tipográfico: *Aldo Manucio*, *Justo Lipsius*, *Erasmus*, *Arias Montano* e outros. Protecção dos reis e legislação especial;
- f) Encadernação, divisas ou marcas de impressores, livreiros e editores.

3.º A imprensa em Portugal:

- a) Difusão rápida da tipografia em Portugal, seu progresso e rápida decadência. Principais lugares de impressão no continente e Oriente.
- b) Impressores mais notáveis: *Germão Galhardo*, *Herman de Kempis*, os *Barreiras*, *João Blavio*, *Manuel de Lira*, *Valentim Fernandes* e outros. A tipografia em Santa Cruz de Coimbra. *Craesbeck*, *Deslandes*;
- c) Livreiros mais notáveis: *Cristovão Lopes*, *João de Borgonha*, *Belchior de Faria*, *Manuel Veloso* e outros;
- d) Encadernadores e alguns exemplares de encadernação desta época, conhecidos;

- e) Obras mais notáveis impressas nesta época, como: Os «Lusiadas», obras de *Gil Vicente*, «Cancioneiro» de *Rezende*, as «Ordenações», as «Décadas» de *João de Barros*, e a característica seguida nestas publicações, sintoma do renascimento da época. Catecismo indico e brasileiro, o «Mercúrio Português», a sua importância na história do jornalismo, e outros. A característica religiosa da impressão no século XVII.
- f) Protecção dos reis portugueses e infantes à arte tipográfica. Impressores régios. Legislação da época.

CAPÍTULO IV

O livro desde o século XVIII até à actualidade

1.º Elementos materiais do livro:

- a) Papel e suas diferentes qualidades, o vergé, velino e o papel mecânico ou contínuo, um breve resumo de sua fabricação.
- b) Tipo empregado. O romano de *Bodoni*. O romano de *Fr. A. e F. Didot*. O romano moderno de *Baskerville*, de *Cochin*, *della Robbia*, o romano moderno. Tecnologia moderna. Prelo manual de *Stanhope*. Tiragem de branco e retirada. «Mise en train». Tinta. Prelos mecânicos ou máquinas. Primeiros inventores. Motores empregados. Máquinas de branco, de retirada, de reacção, rotativas ou de papel contínuo. Preparo do papel. Tiragem a cores, ouro, etc. História da estereotipia. Os processos de *Didot* e *Hernan*. Modernos processos usados. Clichés planos e cilíndricos. Grandes margens na impressão, as margens completas nos livros.
- c) A tinta e transição feita no século XVIII no emprego dos óleos.
- d) Encadernação característica da época.
- e) O estudo de papel, tipo, tinta e encadernação, em especial para Portugal.

2.º A imprensa mundial, à excepção do Portugal:

- a) A imprensa como elemento de civilização e rápida difusão das ideias.
- b) O Estado, como principal centro da imprensa. Esboço geral das publicações dos diversos países. O jornalismo.
- c) Principais livreiros editores.
- d) Principais obras impressas; as grandes enciclopédias.

3.º A imprensa em Portugal:

- a) O renascimento da arte tipográfica em Portugal e a protecção de D. João V e reis seguintes.
- b) Criação da Régia Oficina Tipográfica, mais tarde Impressão Régia e, depois, Imprensa Nacional. Encorporação, nesta, da Casa Literária do Arco do Cego.
- c) Influência das diversas academias no esplendor do livro português.
- d) Principais obras editadas desde o século XVII: as «Memórias para a história de D. João I», as «Memórias de Malta», dos «Templários», de «D. Sebastião», a «História Genealógica», a «Arte de Cavalaria» e outras. A «Gazeta de Lisboa».
- e) A família Deslandesiana e outros impressores notáveis portugueses.

4.º Noções gerais sobre a produção bibliográfica na actualidade.

PARTE II

Bibliografia

1.º Relações e diferenças entre a bibliografia e a bibliologia. Evolução da bibliografia, especialmente a partir do século XVII.

2.º As três grandes funções da bibliografia:

- A) Classificação das espécies quanto às matérias para a sua distribuição pelas secções das bibliotecas — Sistemas bibliográficos.
- B) Descrição externa dos impressos na elaboração dos verbetes — Regras bibliográficas — (Regras catalogares).
- C) Agrupamento dos impressos segundo determinados pontos de vista — Repertórios bibliográficos.

3.º As classificações de ciências e os sistemas bibliográficos. O sistema de Brunet. As divisões e secções da Biblioteca Nacional.

4.º Principais normas e regras de catalogação de impressos.

5.º Principais ordens de repertórios bibliográficos:

A) Bibliografias gerais:

- a) Bibliografias universais. Bibliografias das bibliografias. Catálogos gerais e catálogos colectivos;
- b) Bibliografias nacionais. Bibliografias portuguesas de *Nicolau António*, *Barbosa Machado*, *Lima Bezerra*, *Ribeiro dos Santos*, *Inocêncio e Brito Aranha*, *Maximiano de Lemos*, *Silva Pereira* e *António Anselmo*.

B) Bibliografias especiais. Sua classificação:

- a) Sob o ponto de vista cronológico. Bibliografias dos incunábulos, das obras publicadas nos séculos XVI, XVII, etc.
- b) Sob o ponto de vista bibliológico. Bibliografias de oficinas, impressores, marcas de água, etc ;
- c) Sob o ponto de vista sistemático ou por matérias. Bibliografias das matemáticas, das ciências físicas. Bibliografias históricas, etc ;
- d) Sob o ponto de vista ideográfico ou por assuntos. Bibliografias dos caminhos de ferro, do rio Tejo, da cidade de Lisboa, do sítio de Alcântara, do Castelo de S. Jorge, das tábuas atribuídas a *Nuno Gonçalves*, etc.

II.

Programa da cadeira de biblioteconomia

Introdução

Biblioteconomia. Sua definição, seus objectivos

CAPÍTULO I

Bibliotecas; sua história e fase actual

1.º História das bibliotecas:

- a) As bibliotecas na Antiguidade, Idade Média, nos séculos XV a XVIII, no século XIX e no século XX;
- b) As livrarias e as bibliotecas em Portugal desde a Idade Média.

2.º As bibliotecas modernas. Suas categorias e legislação respectiva:

- a) As diversas categorias de bibliotecas. Características, objectivos e fins de cada uma;
- b) O Estado e as corporações administrativas perante o problema bibliotecário;
- c) Legislação bibliotecária actual nos países mais progressivos. Principais bibliotecas do mundo;
- d) Legislação bibliotecária portuguesa no século XIX e até a actualidade. Principais bibliotecas portuguesas.

CAPÍTULO II

Bibliotecas, sua instalação

1.º O edificio:

- a) Tipos de arquitectura bibliotecária actual;
- b) Condições a que deve obedecer a construção de uma biblioteca;
- c) O interior de uma biblioteca: topografia e arranjo dos depósitos. As salas de trabalho. Os gabinetes dos funcionários. A iluminação. Os meios de transporte e de comunicação. As providências contra incêndio, roubo, humidade e sol;
- d) Adaptações e melhoramentos em edificios antigos.

2.º Os cuidados de arrumação e limpeza:

CAPÍTULO III

Os recheios. Aquisição das espécies

A) O agrupamento dos recheios por núcleos, corpos e secções.

B) A arrumação das espécies.

C) Aquisição de obras modernas: compra, depósito legal, permutas e ofertas:

- a) Compra de livros novos;
- b) Comércio livreiro;
- c) Relações entre a biblioteca e as livrarias (redução de preços, remessa de livros para exame, etc.);
- d) Meios tendentes a facilitar a escolha de livros (bibliografias periódicas, catálogos de fundos, revistas e secções bibliográficas);
- e) Técnica das encomendas. Recepção das obras encomendadas. Fiscalização destas, especialmente das obras em continuação e das publicações periódicas.

D) Aquisição de obras antigas:

- a) As livrarias de obras antigas;
- b) Vendas em leilão;
- c) Compras de ocasião;
- d) Compras de colecções completas;
- e) Compras de manuscritos.

E) Depósito legal de publicações:

- a) Seus objectivos e meios de os realizar;
- b) Os serviços do depósito legal na Biblioteca Nacional de Lisboa.

CAPÍTULO IV

Registo e catalogação das espécies

1.º Entrada das espécies. Seu registo e selagem.

2.º Inventário. Inventários gerais e por secções ou catálogo topográfico. Inventário ou catálogo em verbetes e em volume.

3.º Cotação, catalogação e arrumação.

4.º Catalogação das espécies. Normas gerais e especiais.

5.º Catálogos:

A) Introdução:

- a) O aspecto exterior de um catálogo (em volume ou em verbetes soltos, manuscrito ou impresso);
- b) O aspecto externo de um verbete catalogar (papel, formato e dimensões, modo de o escrever, reunião de verbetes, perfuração e ficheiros);
- c) Caracteres internos dos catálogos. Classificação, destes em catálogos gerais e especiais.

B) Catálogos gerais:

- a) Catálogos onomástico e didascálico. Conteúdo de um verbete (palavra de ordem, título, edição, lugar e data da publicação, formato, número de volumes e número de páginas de cada volume, etc., encadernado ou brochado, proveniência, cota);
- b) Catálogos ideográfico e metódico.

C) Catálogos especiais. Catálogos de: incunábulo e outros reservados, manuscritos, gravuras, cartas geográficas, obras musicais, publicações periódicas, duplicados.

CAPÍTULO V

Conservação das espécies

1.º A terapia dos livros. Desinfecção. Limpeza das espécies e das estantes e prateleiras. Restauro das capas e folhas.

2.º Encadernação. Matérias primas e processos a utilizar.

3.º Conservação dos livros, brochuras, jornais, folhas soltas, incunábulo, iluminados, cartas geográficas, manuscritos, gravuras, moedas e medalhas.

CAPÍTULO VI

Utilização das espécies

1.º Consulta dos catálogos:

- A) Estantes ou salas de catálogos;
- B) Os catálogos postos à disposição do público;
- C) As requisições de obras.

2.º As salas de trabalho:

- A) Sala pública. Seu regulamento. Sua policia. Obras postas à disposição do público;
- B) Salas especiais de trabalho. Salas de leitura de manuscritos, de incunábulo e outros reservados, de gravuras, de cartas geográficas, de periódicos, etc. Gabinete de fotografia. Exposições.

3.º Empréstimo entre bibliotecas. Empréstimo domiciliário.

CAPÍTULO VII

Administração das bibliotecas

1.º Administração técnica:

- A) Preparação e selecção dos funcionários e empregados. Curso superior de bibliotecário-arquivista. Estágios;

- B) Categorias de funcionários. Director, bibliotecários, sub-bibliotecários, etc.;
- C) Recrutamento e atribuições de cada categoria;
- D) Nomeações e promoções do pessoal.

2.º Administração financeira. Despesas e receitas. Elaboração de orçamentos.

3.º Outros serviços. Posses de funcionários. Cadastro do pessoal. Correspondência. Fiscalização e vigilância.

4.º Serviços de estatística de obras existentes, de entradas anuais, de leitores e de obras fornecidas.

5.º Serviços de publicação. Publicação de catálogos e de boletins bibliográficos.

6.º Outros serviços técnicos das grandes bibliotecas:

- A) Depósito legal;
- B) Empréstimo inter-bibliotecário;
- C) Trocas internacionais;
- D) Catálogo bibliográfico geral das bibliotecas do País;
- E) Repertório da bibliografia nacional;
- F) Relatório anual do director.

CAPÍTULO VIII

Bibliografia das matérias expostas

- 1.º Bibliografias gerais.
- 2.º Bibliografias especiais. Monografias.

III

Programa da cadeira de arquivologia e arquivoeconomia

1.ª PARTE

Arquivologia

Introdução

- 1.º Arquivologia. Sua definição e objectivos.
- 2.º A arquivologia e a arquivística.
- 3.º A arquivologia no quadro das ciências de erudição.

CAPÍTULO I

Arquivos. Sua história

- 1.º Arquivos. Definições. Categorias de arquivos.
- 2.º Evolução dos arquivos. Os arquivos na Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna.
- 3.º Os arquivos franceses e a Revolução.
- 4.º Napoleão e os arquivos europeus.
- 5.º Os arquivos nos séculos XIX e XX. Principais arquivos do mundo.

CAPÍTULO II

Evolução dos arquivos portugueses

- 1.º Os arquivos portugueses: o real e os conventuais (S. Vicente de Fora, Alcobaça, Santa Cruz, etc.).
- 2.º A Torre do Tombo: do Castelo de S. Jorge ao Convento de S. Bento; os seus guardas-mores. De Fernão Lopes e Zurara a Rui de Pina e Damião de Góis. Acção deste no Real Arquivo e organização do arquivo do seu tempo.
- 3.º Decadência e ressurgimento com Manuel da Maia. Período febril de actividade e acção deste por ocasião do terramoto de 1755.
- 4.º A revolução de 1820 e o enriquecimento do Arquivo Nacional.
- 5.º O Visconde de Santarém, Franklin e o Cardeal Saraiva. A sua respectiva acção na Torre do Tombo.
- 6.º João Pedro Ribeiro e o Real Arquivo. Visitas a cartórios conventuais por este e outras realizadas a expensas e por ordem da Academia.

7.º Os arquivos conventuais; como os mais ricos procuravam imitar a Torre do Tombo. A leitura nova dos conventos.

8.º Os arquivos municipais e os de instituições suprimidas, encorporados na Torre do Tombo (Mesa de Consciência e Ordens, Inquisição, Desembargo do Paço, etc.).

9.º Legislação antiga do Arquivo da Torre do Tombo.

10.º Legislação moderna dos arquivos portugueses.

11.º Principais arquivos portugueses na actualidade. Arquivos gerais. Arquivos especiais.

CAPÍTULO III

Arquivos. Sua composição e constituição

1.º Manuscritos. Sua diversidade de natureza, assunto, proveniência, data e aspecto:

- A) Épocas. Manuscritos: orientais, gregos, latinos, medievais, modernos. Palimpsestos;
- B) Aspecto. Manuscritos em papiro, pergamino, velino e papel;
- C) Manuscritos soltos: direitos e enrolados. Principais depósitos destes;
- D) Manuscritos juntos. Códices. Códices membrários e cartários. Cartulários;
- E) Manuscritos simples e iluminados;
- F) Autógrafos e apógrafos. Falsificações e contrafactos. Cópias e reproduções fotomecânicas de manuscritos. Dos *scriptoria* da Idade Média aos gabinetes de fotografia da actualidade.

2.º Manuscritos. Seu agrupamento. Corpos e núcleos:

- A) Por unidade do assunto;
- B) Por unidade de proveniências;
- C) Por unidade de época;
- D) Por data de entrada.

2.ª PARTE

Arquivoeconomia

Introdução

Definição e objectivos da arquivoeconomia

CAPÍTULO I

Conservação das colecções

1.º Arquivos. Suas instalações:

- A) Edifícios convenientes para arquivos. Condições que devem apresentar;
- B) Instalações: Depósitos. Salas de trabalho e da biblioteca anexa. Sala de catálogos. Sala de exposição. Gabinetes do director e dos restantes funcionários. Secretaria. Gabinete de fotografia. Iluminação;
- C) Precauções contra incêndio, roubo, humidade, sol e poeira;
- D) Arrumações e limpeza dos edifícios.

2.º Conservação das espécies:

- A) Protecção dos manuscritos. Encadernação. Caixas e pastas;
- B) Terapia das espécies. Desinfecção. Limpeza dos manuscritos e das prateleiras.
- C) Conservação de manuscritos soltos, de códices, de espécies iluminadas e de selos pendentes.

CAPÍTULO II

Arrumação das espécies

1.º Núcleos, corpos e colecções de um arquivo. Sua constituição e arrumação:

- A) Por natureza do assunto;
- B) Por unidade de proveniência;
- C) Por ordem de entrada.

2.º Arrumação das espécies no Arquivo Nacional. Principais, corpos e colecções ali existentes, e sua proveniência.

3.º Fundos e núcleos mais notáveis dos outros arquivos portugueses. Principais colecções de manuscritos das bibliotecas portuguesas.

CAPÍTULO III

Aquisição das espécies

1.º Meios de aquisição de manuscritos:

- A) Encorporações dos manuscritos do Estado, de instituições suprimidas, de corporações administrativas, etc. Legislação portuguesa sobre o assunto;
- B) Legados e doações;
- C) Compras.

2.º Registo e catalogação das espécies:

- A) Registo de entrada. Inventário geral, e por secções;
- B) Outras operações de entrada: selagem, cotação, catalogação e arrumação dos manuscritos;
- C) Catálogos, índices, repertórios e roteiros:
 - a) Catálogos gerais e por secções. Catálogos onomásticos e de assuntos. Como se elaboram. Catálogos de manuscritos. Verbetes sumários e verbetes analíticos;
 - b) Índices, repertórios e roteiros ou catálogos topográficos. Objectivos que têm em vista e como se elaboram.

CAPÍTULO IV

Utilização das espécies

1.º Os frequentadores de arquivos. Condições a que devem satisfazer.

2.º Catálogos postos à disposição dos leitores.

3.º Requisição dos manuscritos.

4.º Salas de trabalho. Ordenação e vigilância.

5.º Obras de consulta imediata postas à disposição dos leitores.

6.º Cuidados a usar no manuseio e leitura de manuscritos.

7.º Reproduções de manuscritos. Cópias, decalcos e fotografias de manuscritos.

8.º Transferências provisórias e empréstimos de manuscritos.

9.º Viagens de manuscritos. Cuidados especiais de guarda e acondicionamento.

CAPÍTULO V

Administração dos arquivos

1.º Administração técnica:

A) Recrutamento do pessoal:

- a) Cultura geral e profissional que deve possuir o pessoal superior e auxiliar;

b) Requisitos pessoais dos funcionários e empregados;

c) Concursos e outras formas de admissão;

B) Atribuições e funções do director, dos funcionários superiores e do restante pessoal;

C) Serviços de encorporações;

D) Serviços de aquisições;

E) Satisfação de consultas escritas e correspondência científica;

F) Serviços de estatística. Espécies existentes. Números de leitores e de manuscritos solicitados.

2.º Administração financeira:

A) Receitas e despesas de um arquivo. Orçamento;

B) Distribuições das verbas de despesas;

C) Serviços de contabilidade de um arquivo.

3.º Outros serviços:

A) Nomeação, contrato e assalariamento do pessoal;

B) Licenças e transferências. Procedimento disciplinar;

C) Cadastro do pessoal;

D) Registo e guarda da correspondência.

4.º Relatório anual do director.

CAPÍTULO VI

Bibliografia das matérias ensinadas

1.º Bibliografia geral.

2.º Bibliografia especial. Monografias.

IV

Programa da cadeira de paleografia

Introdução

Paleografia — Definição e história deste vocábulo — Importância do estudo da paleografia — Estudo da paleografia em Portugal: a criação da aula de diplomática e os peritos paleógrafos; criação da cadeira de paleografia.

CAPÍTULO I

História da escrita

a) Escritas hieroglíficas: elementos ideográficos e fonéticos;

b) Formação do alfabeto fenício e difusão da escrita alfabética pelo mundo antigo;

c) Origens do alfabeto latino: o alfabeto grego usado nas colónias calcidianas do sul da Itália e da Sicília;

d) Composição do alfabeto latino: vicissitudes que experimentou quanto ao número dos seus caracteres;

e) Escrita maiúscula e escrita minúscula: distinção científica destes dois grupos;

f) Diversas espécies de letras usadas pelos romanos: letra capital, letra uncial, letra cursiva e letra minúscula.

CAPÍTULO II

Caractéres usados nos documentos e códices dos nossos arquivos

a) Letra visigótica — Sua origem;

b) Letra semi-visigótica;

c) Letra francesa. Origens. Características;

d) Góticos derivados da letra francesa;

e) Renascença: letra alemã; letra redonda e letra itálica;

f) Góticos dos séculos XVI e XVII. Feições especiais que apresentam nos documentos dos nossos arquivos: letra processada e letra processada encadeada;

g) Generalização da letra itálica e prolongamento do seu uso até o presente.

CAPÍTULO III

Braquigrafia medieval

a) Origens dos sistemas de abreviar usados nas escritas da Idade Média;

b) Abreviaturas por siglas: simples; acompanhadas de uma ou mais letras sobrepostas; acompanhadas de sinais especiais;

c) Abreviaturas por suspensão;

d) Abreviaturas por contracção;

e) Abreviaturas por letras colocadas superiormente nas palavras;

f) Abreviaturas por sinais especiais.

CAPÍTULO IV

Numeração

a) Numeração romana: aspectos gráficos de algumas das suas expressões nas escritas medievais.

b) Numeração romano-lusitana: seu sistema.

c) Algarismos árabes. A irregularidade do respectivo traçado até o século XVII.

CAPÍTULO V

Sinais auxiliares da escrita

a) Pontuação;

b) Acentos;

c) Cedilhas;

d) Sinais de correcção.

CAPÍTULO VI

Material de escrita

a) Tábuas enceradas. Seu emprego. Formas por que se apresentavam e respectivas designações: tábula, tabela, cãra; díptica; tríptica; políptica ou códex;

b) Papiro. Sua manufatura. Forma de conservação dos manuscritos em papiro: volumen.

c) Pergaminho. O pregamiuho propriamente dito e o velino.

Formas de conservação dos manuscritos em pergaminho: códices, rolos (*rotuli*); cadernos e fôlhas; *chartæ per alphabetum divisæ*, cartas partidas por A. B. C. *Palimpsestos*;

d) Papel. Formas de conservação dos manuscritos em papel: códices ou livros, cadernos e rolos, ou *em bandeira*. Marcas de água. Papel selado.

CAPÍTULO VII

Instrumentos de escrita

a) Graphium ou stylus;

b) Cálamo;

c) Pena de ave;

d) Pena metálica.

CAPÍTULO VIII

Tintas

a) Tinta preta. Processos de fabrico. Tonalidades da escrita. Escritas obliteradas. Antigo uso das águas acla-

ratórias, sua composição e perniciosos efeitos do seu emprego. Sulfidrato de amoníaco concentrado e a sua aplicação.

b) Tinta vermelha. Tintas azul e verde. Tintas metálicas, de ouro e prata.

Bibliografia.

Exercício de leitura e cópia.

V

Programa da cadeira de diplomática e esfragística

Introdução

- 1.º Diplomática. Sua definição e objectivos;
- 2.º Importância da diplomática;
- 3.º História desta ciência em geral e especialmente em Portugal;
- 4.º A diplomática contemporânea e seus métodos;
- 5.º Fontes de conhecimento em diplomática;
- 6.º Ciências auxiliares da diplomática;
- 7.º Divisão da diplomática;
- 8.º Fontes bibliográficas especiais.

PARTE I

Diplomática analítica

CAPÍTULO I

- 1.º Classificação geral dos diplomas e nomenclatura diplomática.
- 2.º Documentos reais; suas classes segundo a terminologia técnica das várias chancelarias.
- 3.º Documentos públicos e particulares; suas denominações.
- 4.º Documentos de caracter jurídico e administrativo.
- 5.º Documentos eclesiásticos: sua divisão.
- 6.º Fontes bibliográficas especiais.

CAPÍTULO II

- 1.º Códices: sua classificação.
- 2.º Livros litúrgicos: sua divisão.
- 3.º Códices diplomáticos: cartulários, tombos, registos, etc. Sua importância para a história do direito, instituições, genealogia, haveres, regime de propriedade, etc.
- 4.º Descrição dos mais importantes cartulários portugueses.
- 5.º A iluminura como sinal e meio diplomático de validação e autenticidade dos códices e documentos.
- 6.º Fontes bibliográficas especiais.

CAPÍTULO III

- 1.º A génese dos actos.
- 2.º Condições e modos de formação dos actos: cláusulas e fórmulas dos documentos diplomáticos: protocolo e texto, suas divisões, sub-divisões e sua importância na diplomática.
- 3.º Fontes bibliográficas especiais.

CAPÍTULO IV

- 1.º Condições e modos de expedição dos actos: documentos originais, seus requisitos; pseudo-originais ou ampliações; neo-originais ou renovações; inserções; confirmações; *vidimus*, etc.
- 2.º Cópias: suas espécies, minutas, etc.
- 3.º *Fac-similes*, reproduções fotográficas, fototípicas e fotocópicas dos códices e diplomas.
- 4.º Documentos verdadeiros e falsos; motivos e fins dos documentos falsos; autenticidade histórica e autenticidade diplomática.
- 5.º Fontes bibliográficas especiais.

CAPÍTULO V

1.º Caracteres extrínsecos, sua enumeração e análise debaixo do ponto de vista da crítica e da autenticidade diplomáticas.

2.º Caracteres intrínsecos:

- a) A ortografia como caracter diplomático. Estilo. Dados e elementos históricos ou jurídicos do texto.
- b) A linguagem dos diplomas: o latim clássico, o latim bárbaro e dos tempos medievais.
- c) Aparecimento das línguas neo-latinas e especialmente na península ibérica.
- d) A língua portuguesa, seus principais monumentos filológicos e literários, sua extensão geográfica.
- e) Os mais antigos documentos dos nossos arquivos e os primeiros que aparecem escritos em português.

CAPÍTULO VI

1.º Subscrição e assinaturas: autógrafos e não autógrafos, subscrições de autores ou de partes contratantes, de confirmantes e *consentientes*, de testemunhas e de oficiais de chancelaria; os tabeliães e notários, o sinal manual, a assinatura, os quirógrafos ou cartas partidas.

2.º Data dos documentos, suas espécies, era, calendários, princípios gerais de cronologia na sua aplicação aos documentos portugueses e estrangeiros dos nossos arquivos.

3.º Fontes bibliográficas especiais.

PARTE II

Esfragística

1.º A esfragística como ciência auxiliar da história e como conjunto de conhecimentos necessários ao estudo da validação dos actos.

2.º Os selos, sua história.

3.º Os selos, sua divisão quanto à matéria, forma, dimensões, etc.

4.º Tipos, legendas e ornatos dos selos.

5.º Modos de aposição dos selos.

6.º Valor jurídico e diplomático dos selos.

7.º Uso e legislação dos selos.

8.º Processos de reprodução e meios de evitar a destruição dos selos.

9.º Os selos nas principais colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

PARTE III

Diplomática critica ou de investigação histórica

1.º Conhecimentos das fontes históricas, sua definição e divisão.

2.º As mais notáveis colecções de documentos como fontes de estudo diplomático, especialmente de documentos portugueses e estrangeiros que interessam à história de Portugal.

3.º Processos a seguir no estudo crítico e diplomático de um documento. Determinação do sentido das fontes históricas. Meio ambiente do lugar e tempo. Factores diversos, fisicos, sociológicos e culturais que influem nos sucessos. Confrontação das fontes e documentos entre si.

4.º Trabalhos práticos de investigação diplomática de um facto histórico nas colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

5.º Trabalhos de investigação e de crítica histórica entre nós;

6.º Fontes bibliográficas especiais.

*

Noções sumárias de história das nossas instituições políticas, administrativas e judiciais, e do direito civil e eclesiástico português como meio necessário ao estudo dos nossos documentos diplomáticos:

1.º Origem do direito português. Código visigótico. Direito romano. Direito canónico. As concórdias e concordatas. O beneplácito. O padroado. Direito consuetudinário. Forais e leis gerais. Ordenações.

2.º Organização política, civil, administrativa, judicial e eclesiástica do antigo reino e seus domínios.

a) A autoridade real;

b) As Cortes e seus capítulos;

c) O clero e as ordens religiosas. A sua função na educação pública;

d) A Universidade;

e) A nobreza;

f) O povo;

g) As classes servas;

h) A divisão administrativa;

i) A administração da justiça e seus tribunais;

j) A fazenda, o comércio e outros organismos da sociedade portuguesa.

VI

Programa da cadeira de numismática e medalhística

A — Numismática

CAPÍTULO I

Numismática geral

1 Numismática. Objecto, definições e evolução desta ciência.

2 Relações da numismática com a mitografia, iconografia, epigrafia, cronologia, geografia e histórias política, económica e da arte.

3 Moeda. Sua origem e evolução. Moeda representativa (papel-moeda, etc.).

4 Fabrico da moeda. Substâncias e processos empregados. Pêso, liga, toque.

5 Sistemas monetários. Acidentes da moeda: quebra, cerceamento, etc.

6 Formas e módulos das moedas: anulares, quadradas, rectangulares, poligonais, em disco, etc. Moedas incusas, cifadas e lisas.

7 Elementos e partes das moedas: anverso e reverso; centro e invólucro; campo e exergo; orla, rebordo e bordo (em serrilha ou dentado, *os nummi serrati*); tipo (figuras e outros ornamentos) e composição; cercadura granulada ou pontuada; letreiro (legendas e inscrições); datas e lugares de fabrico; marcas, contramarcas e marquilhas; assinaturas, siglas e sinais ocultos; outras indicações. Moedas anepígrafas. Moedas anónimas.

8 Numismática grega, romana e bizantina.

9 Numismática medieval, da Renascença e da Idade Moderna.

CAPÍTULO II

Numismática portuguesa

1 Esboço da sua história. Principais numismatas portugueses. As mais importantes colecções de moedas e medalhas em Portugal.

2 Monetário primevo no nosso país: morabitanos, maravidis, quadratus, óbolos, mosmodis, libras, soldos, dinheiros, mealhas, etc.

3 Fabricação da moeda desde os visigodos, lugares

onde se efectuou, metais utilizados e processos seguidos. Os mais notáveis abridores de cunhos em Portugal.

4 Indicações principais da moeda. Letras, siglas e outras marcas e contramarcas mais características que figuram nas moedas portuguesas. Formas da letra, língua das moedas.

5 — Direitos de moedagem.

6 — Falsificação. Fins e meios. Principais falsificações de moedas portuguesas. Penalidades.

7 — Noções gerais sobre medidas e pesos antigos.

8 — Bibliografia da numismática portuguesa.

CAPÍTULO III

Moedas portuguesas

1 — Da fundação da nacionalidade ao meado do século XIII. Morabitinos, dinheiros, mealhas. Escassez da moeda.

2 — Do meado do século XIII ao Interregno. Legislação e outras providências sobre a moeda, sua cunhagem e valor, e contra os falsificadores. Principais moedas. Progresso financeiro e aumento do valor da moeda no tempo de D. Pedro I, e depreciação desta durante a época de D. Fernando. Grande acréscimo das moedas de bilhão e alterações do seu valor.

3 — De D. João I a D. Manuel. Principais moedas e seus valores. Legislação monetária. Progressos na depreciação da moeda com D. João I. Manifestações de patriotismo durante a crise das lutas com Castela. Valorização da moeda, de D. Afonso V a D. Manuel. A supressão dos bilhões, a cunhagem da famigerada moeda áurea de D. Manuel — *O Português*, — e o aparecimento dos tostões.

4 — De D. Manuel à perda da independência, em 1580. Subida de preço e cerceio nas moedas de ouro. Numerosa legislação monetária. Falsificação, nos Países Baixos, da moeda portuguesa. As moedas dos governadores e defensores do reino e de D. António, Prior do Crato.

5 — Dominação espanhola. Moedas desta época. A numerosa legislação monetária e as perturbações daí resultantes, nos reinados de Filipe II e Filipe III, devido à multiplicação das moedas e às alterações do valor destas. Moedas de D. António, Prior do Crato, cunhadas nos Açores e nos Países Baixos.

6 — Da Restauração a D. João V. Moedas deste período. A profusa legislação monetária e o enfraquecimento da moeda durante as lutas da Restauração. A saída da moeda de prata e os abusos da contramarcagem, da subida de preço e do cerceamento da moeda; as consequências de tais acidentes nas especulações e falsificações. Aperfeiçoamento da cunhagem da moeda a partir de D. Pedro II, e influência que nisso tiveram o Conde da Ericeira e o abridor Roque Francisco.

7 — D. João V. As numerosas espécies deste período, desde os dobrões de cinco moedas ao real e meio. A grande beleza dalgumas moedas feitas, sob desenhos de Vieira Lusitano, pelos punções de António Mengin.

8 — Período pombalino. Moedas deste período. Continuação dos tipos e valores das do reinado anterior. A legislação monetária e a boa ordenação da amoedação: regimento de 29 de Dezembro de 1753, decreto de 15 de Janeiro de 1755 e aviso régio de 3 de Dezembro de 1755. Moedas para a circulação na ilhas. Moedas cunhadas na Índia e no Brasil.

9 — Da queda de Pombal ao advento de D. Miguel. Conservação do valor, pêsos e toque das moedas de ouro, prata e cobre com D. Maria I. As moedas deste reinado, algumas feitas, sob desenhos dos pintores Domingos da Rosa e Tróne, pelos abridores José Gaspard, Amaro Marques e Paulo Mengin. Reaparecimento do papel-moeda: os *bilhetes* que circulavam nos Açores e no continente, e as numerosas *apólices* dos empréstimos de 1796, 1797, etc. As múltiplas providências sobre papel-moeda e a cres-

cente decadência financeira. As especulações e falsificações. As moedas metálicas do tempo de D. João VI. A perfeição de alguns desenhos e cunhos. A preeminência de Bartolozzi e a acção de Gregório Francisco de Queiroz, do abridor de pedras finas José António do Vale e do gravador João Caetano Rivara. A aquisição, em 1802, do famoso monetário de José Fontenelle para o gabinete de numismática da Biblioteca Nacional. Moedas estrangeiras que circularam em Portugal durante as invasões francesas. As Constituintes de 1821 e a moeda. Moedas de D. Pedro IV.

10 — Do absolutismo a D. Pedro V. Providências de carácter monetário neste período. Moedas de D. Miguel. Moedas do reinado de D. Maria II (da Junta Provisória, da regência da Ilha Terceira, do cerco do Porto, e a partir de 1834). A organização de um gabinete de numismática, em 1836, no Arquivo da Torre do Tombo, para o estudo dos alunos de diplomática, e a criação, em 1844, de um curso público e gratuito de numismática na Biblioteca Nacional. As dificuldades monetárias e financeiras neste reinado: quebra da moeda, permissão a particulares para amoedação de ouro e prata, circulação livre de moedas estrangeiras, substituição do antigo papel moeda pelas notas do Banco de Lisboa, continuação, neste período, das antigas moedas de bronze aparecidas no tempo de D. João VI. O sistema decimal na monetária: as Constituintes de 1821 procuram implantá-lo, ficando depois sem efeito; a lei de 24 de Abril de 1835 institue a moedagem da prata por aquele sistema. Decadência da cunhagem em Portugal, sendo os cunhos das moedas de ouro e prata abertos pelo primeiro abridor da Casa da Moeda de Londres, Wyon. Moedas do tempo de D. Pedro V.

11 — De D. Luiz à implantação da República. Legislação e demais providências monetárias. Moedas deste período. O predomínio cada vez maior das notas do Banco sobre as espécies metálicas.

12 — As moedas que foram cunhadas e as que tiveram circulação nas ilhas e colónias. As moedas cunhadas na Índia a partir dos fins do século XV. As moedas antonianas cunhadas na Ilha Terceira. As moedas em circulação na Madeira, Açores e colónias até a Restauração. Moedas em curso e moedas cunhadas nas ilhas e colónias, da Restauração às invasões francesas, e durante o século XIX. Casas da Moeda nas ilhas e colónias: Ceuta, Angra, Moçambique, Cochim, Goa, Malaca, Dio, Baía, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais.

B — Medalhística

CAPÍTULO I

Medalhística geral

1 — Medalhística. Seu objecto.

2 — Medalhas. Suas partes, formas, estilos, desenhos dos seus tipos e composições.

3 — A medalhística na Antiguidade, Idade Média, Renascença e Idade Moderna. Características;

4 — Principais gravadores de medalhas, especialmente desde Vittorio Pisano e Matteo de Pasti a Augustin Dupré e através do século XIX.

CAPÍTULO II

Medalhística portuguesa

1 — Classificação das medalhas portuguesas:

a) Comemorativas de festas, de personagens e de monumentos.

b) De galardão ou recompensa por serviços humanitários, patrióticos, de carácter científico, literário, artístico, industrial ou outro.

- c) Medalhas-insígnias de: ordens militares, civis ou religiosas, de corporações, congressos, etc.

- d) Medalhas religiosas ou culturais (verónicas ou veneras).

2 — Evolução da medalhística portuguesa.

3 — Principais espécimes de medalhas nacionais ou relativas a Portugal.

4 — Mais importantes núcleos ou colecções de medalhas portuguesas.

5 — Bibliografia da medalhística portuguesa.

VII

Programa da cadeira de iconografia e iluminura

A — Ornamentação dos manuscritos

CAPÍTULO I

Iluminura. Sua história

1 — Fases artísticas da iluminura.

2 — Períodos mais notáveis da história da iluminura. A iluminura no Egipto, Grécia e Roma. A iluminura caligráfica e a miniaturística na Idade Média. A iluminura na Renascença e na Idade Moderna.

3 — A iluminura hierática no Ocidente e em Bizâncio. A iluminura naturalista.

4 — As várias escolas.

5 — Principais obras com iluminuras e miniaturas.

CAPÍTULO II

Iluminura em Portugal

1 — Período áureo da iluminura em Portugal.

2 — As espécies iluminadas do Arquivo da Torre do Tombo e das Bibliotecas: Nacional, da Ajuda, da Academia das Ciências; as do Museu Nacional de Arte Antiga, da Universidade de Coimbra; as das outras bibliotecas portuguesas.

3 — Iluminadores portugueses notáveis: Vaz Dourado, Duarte de Armas, Duarte Caldeira e Estêvão Gonçalves.

4 — Período de decadência.

5 — Calígrafos portugueses dos séculos XII a XVI.

B — Ornamentação dos impressos

CAPÍTULO I

Gravura. Sua história

1 — Géneros e espécies. Gravuras em osso, marfim, pedras, madeira e metal. Gravura em relevo, gravura em cavado.

2 — Impressão e estampagem.

3 — Gravura em madeira.

4 — Processo da gravura em madeira.

5 — As várias escolas.

6 — Mestres e artistas notáveis: Wohlgemuth, Albert Dürer, Martinho Schongauer, Marco António Raimondi, Burgmair, Lucas de Cranach.

7 — Decadência da gravura em madeira e sua renascença em Inglaterra.

CAPÍTULO II

Gravura em metal

1 — Agua forte, talho doce, ponta seca, etc.

2 — Artistas notáveis: Maso Finiguerra, Lucas de Leyde, Goltzius, Rembrandt, etc.

3 — Gravuras a côres.

CAPÍTULO III

Litografia

1 — Processos litográficos.

2 — Gravura na pedra litográfica.

3 — Artistas notáveis: Senefelder, Horácio Vernet, Charlet, Raffet, etc.

CAPÍTULO IV

Gravura em Portugal

1 — Gravura em madeira. Seu comêço e decadência.

2 — A gravura no século XV. Incunábulo com gravuras; o Livro das *Epistolas e Evangelhos*, etc.

3 — A gravura em Portugal nos séculos XVI e XVII. Gravuras e gravadores de portadas: Jerónimo Luiz, António Pinto, André Veterano, Braz Nunes, Henrique, Luiz Palma, Bento Mealha, João Baptista, Agostinho Soares Floriano, Manuel de Almeida, Mateus, João Gomes, Josefa de Aiala, António Pereira, Manuel Mendes, Francisco Gomes, Braz de Almeida, etc.

4 — A gravura em talho doce. O seu período áureo.

5 — A gravura em Portugal no século XVIII.

a) Influência da Academia Real da História no progresso da gravura no nosso país;

b) Principais gravadores estrangeiros vindos a Portugal na primeira metade desse século;

c) Principais gravadores portugueses nesse período: Vieira Lusitano, Alexandre de Gusmão, Joaquim Manuel da Rocha, António Joaquim Padrão, João Silvério Carpinetti, etc.

d) O estabelecimento da tipoplástica do Arco do Cego;

e) A Impressão Régia. Sua fundação, seu estabelecimento e seus progressos. A escola de gravura desse estabelecimento. O mestre Joaquim Carneiro da Silva.

6.º — A gravura em Portugal no século XIX.

a) A vinda, em 1802, de Francisco Bartolozzi. A acção e influência deste. Os seus principais discípulos;

b) Os outros mestres da gravura na primeira metade desse século: Domingos António Sequeira, Vieira Portuense, José Caetano Riva; e

c) Principais gravadores da segunda metade do século passado: Anunciação, Metrass, Vitor Bastos, Baptista Coelho, Nogueira da Silva, Barbosa Lima, Pastor e Caetano Alberto.

CAPÍTULO V

Gravura nos tempos actuais

a) Clichés galvanoplásticos;

b) Gravura química;

c) Zincografia;

d) Heliografia;

e) Fotografia e processos dela derivados.

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 16 de Novembro de 1931. — O Director Geral, P. A. Monteiro de Barros.

Repartição do Ensino Secundário

2.ª Secção

Para os devidos efeitos se publicam as seguintes rectificações aos artigos abaixo designados do decreto n.º 20:369, de 8 de Outubro próximo passado, publicado no *Diário do Governo* n.º 232, 1.ª série, do citado dia e mês:

P. 2173, col. 2, lin. 2, onde se lê: «uma para a 1.ª classe e outra para as classes 2.ª e 3.ª», leia-se: «uma para as classes 1.ª e 2.ª e outra para a 3.ª».